



## **História das Relações Internacionais: Abordagens Teóricas<sup>1</sup>**

**Marco Antonio Cunha\***

*Após apreciar sucientemente as mais representativas teorias das relações internacionais, o autor conclui que os esforços envidados, desde o fim da Primeira Guerra Mundial, por historiadores e cientistas políticos, no sentido de identificar as causas dos conflitos e impedir sua deflagração por intermédio de mecanismos internacionais, ficaram longe de atingir os resultados desejados. Reconhece, entretanto, que as teorias formuladas representam um passo bastante significativo na busca de instrumentos eficazes para minimizar os efeitos das guerras no cenário mundial.*

**A**s lições da História nos advertem que os Estados conhecidos no mundo atual, suas instituições, até mesmo suas leis, chegaram-nos por meio de conflitos, normalmente, do tipo mais sangrento.

A guerra, como continuação da política, foi a fórmula que Clausewitz escolheu para expressar o compromisso estabelecido pelos Estados que conhecia. Mantinha-se o respeito pela ética dominante — de soberania absoluta, diplomacia ordenada e trata-

dos legais — ao mesmo tempo em que se levava em conta o princípio superior do interesse do Estado.

As nações européias lutaram entre si, do século VI ao XX, em busca do prestígio e da legitimidade que lhes permitissem influir nas decisões e nos acontecimentos regionais, além de suas fronteiras nacionais, étnicas, econômicas ou dinásticas.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, Inglaterra e Estados Unidos — os únicos vitoriosos diante da desordem econômica que se instalou no mundo em decorrência do conflito — decidiram produzir instrumentos ca-

\* Tenente-Coronel de Infantaria, mestrando em História Política e Relações Internacionais.  
1. Selecionado pelo PADECME.

pazes de interferir para a não eclosão de novas guerras. A partir daí, diversas proposições tomaram lugar com vistas à formulação de uma teoria para as relações internacionais, determinando assim o ponto de partida na evolução da História política e factual para a História sociológica.

## HISTÓRIA DIPLOMÁTICA E HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pierre Renouvin, cuja obra permanece atual quarenta anos após sua 1ª edição, nos diz que o estudo das relações internacionais permite a análise e a explicação da convivência entre as comunidades políticas organizadas no âmbito de um território, isto é, entre os Estados. Acrescenta que, para tanto, devem ser consideradas as relações estabelecidas entre os povos, não só pelo intercâmbio de produtos e serviços, mas, também, pelo troca de idéias, jogo de influências recíprocas entre as formas de civilização, manifestações de simpatias e de antipatias. Essas relações, solidárias ou antagonicas, poderiam acarretar conseqüências políticas diretas, caso não fossem regulamentadas pelo Estado, o ator principal nas relações internacionais. A partir daí, temos em jogo elementos de negociações ou de contestações entre os governos. Nesse contexto, a História Diplomática estuda o comportamento dos governos diante das questões apresentadas, as decisões tomadas e os objetivos pretendidos com essas medidas. Para Renouvin a compreensão da ação diplomática requer o conhecimento das condições geográficas, dos movimentos demográficos, dos interesses econômicos, dos traços da mentalidade coletiva, das grandes correntes sentimentais;

enfim, das forças que estruturaram as relações entre os grupos humanos e lhes moldaram o caráter. Esses fatores necessariamente devem ser observados pelo homem de Estado, na elaboração de projetos ou tomadas de decisões.<sup>2</sup>

Sob a ótica de José Honório Rodrigues em sua *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*, a História Diplomática é definida como aquela que investiga e relata a defesa dos direitos nacionais e as relações econômicas, sociais e políticas que se codificaram em tratados e convenções. Ela compreende o exame das origens e os resultados de nossas negociações diplomáticas, as reparações pacíficas de afrontas, as aquisições, sem guerra, de partes do nosso território, as incorporações definitivas à custa de argumentos históricos e geográficos de grandes trechos, objetivos de litígios, como as questões das Missões e do Amapá.<sup>3</sup>

## TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Só a História é capaz de fornecer subsídios para a formulação de teorias das relações internacionais que passaram a influenciá-la intensamente após a Primeira Guerra Mundial, na medida em que se tornaram objeto de estudo científico, tendo como questionamento central o porquê da Guerra.

Em Versailles, Estados Unidos e Inglaterra se propuseram a criar centros de pesquisa voltados para as relações internacio-

2. RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean Baptista — *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967, p. 5.

3. RODRIGUES, José Honório — *Teoria da História do Brasil. Introdução Metodológica*. São Paulo: Nacional, 1978, p. 169.

nais, visando a identificar possíveis focos de conflitos e impedir sua deflagração. Com tal finalidade, foram criados, em 1920, o *Royal Institute of International Affairs*, em Londres e o *Concil on Foreign Relations*, em Nova York.

Pelo Pacto de Paris, ou *Pacto Briand-Kellogg*, assinado em 1928, os Estados Unidos e 14 nações condenavam a guerra como meio de solucionar questões internacionais.

## O Idealismo de Wilson

A proposta idealista de Wilson, base teórica das relações internacionais, teve seus pilares assentados na filosofia de Kant e no pensamento de Adam Smith.

O pensamento liberal, sob o ponto de vista econômico, dá idéia de que o livre comércio, sem entraves, aproxima os povos. O comércio exige paz e confiança. A riqueza é gerada pelo impulso egoísta do homem, que visa ao lucro a todo custo. Se todas as nações participarem do comércio internacional, explorando o sentimento egoísta do lucro, todas irão prosperar por intermédio da satisfação de suas necessidades. A idéia básica era a da riqueza mantendo a paz, pela canalização das paixões no sentido produtivo, objeto do comércio.

A proposta "wilsoniana" prendia-se a três pontos fundamentais: o livre comércio, a livre negociação, propiciada pelo aperfeiçoamento do direito internacional, a partir da Sociedade das Nações e o princípio da autodeterminação dos povos.<sup>4</sup>

A quebra da bolsa de Nova York, em 1929, malogrou esse propósito. A crise af

instalada revelou que o mercado não se auto-regulava numa velocidade adequada. Mudanças na percepção que se tinha do internacional marcaram a falência das idéias liberais, tanto no plano político quanto no econômico, predominando a idéia de que através do liberalismo não se sairia da crise.

O *New Deal* de Roosevelt marca a intervenção do Estado na economia. Em 1931, os americanos adotaram uma postura altamente protecionista e, praticamente, desencadearam uma guerra econômica que iria gerar blocos econômicos em luta permanente entre si. Uma onda de conflitos armados foi desencadeada na segunda metade dos anos 30.

A crise do liberalismo abriu as portas para três alternativas: o Fascismo, o Socialismo revolucionário e o pensamento keinesiano. Keines propunha o fim do *laissez faire*, isto é, o capitalismo liberal cederia espaço para o capitalismo monopolista, fazendo-se necessária a formulação de uma teoria econômica compatível. A solução não seria a revolução, como propunha Lenin, mas a intervenção do Estado, em diferentes graus, para corrigir os rumos. O Estado só atuaria no momento de crise e a riqueza seria distribuída através de impostos.<sup>5</sup>

## Os Realistas

Com a "crise de 29", a idéia de que o livre comércio e a democracia levariam à paz foi colocada em cheque, e os valores liberais enfrentaram forte oposição da corrente realista, que iria propor uma teoria de relações internacionais fundamentada em pen

4. JOHNSON, Paul — *Tempos Modernos* Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1994, p. 19.

5. JOHNSON, Paul — *Op Cit*, pp. 195-200.

sadores políticos modernos, tais como Marx, Freud, Hobbes e Maquiavel.

Maquiavel via a política como uma área autônoma de reflexão sem vínculo com a moral e a religião. O importante não é pensar na política como ela deveria ser e sim como ela é. A política é fundamentalmente cálculo. O passo decisivo do realismo foi dado por Thomas Hobbes que iria inspirar fortemente a teoria das relações internacionais. Como e por que se cria o Estado? Como superar a guerra (civil e religiosa), proporcionando a segurança do indivíduo e a estabilidade do Estado? Questões como essas encontram sua resposta condicionada pelo avanço do pensamento científico moderno (Galileu).

Hobbes procurou estabelecer os parâmetros para uma ciência política, um raciocínio lógico a partir de uma certeza inicial. O indivíduo é fator preponderante e é dissecado como uma máquina. Seus atos são animados pela razão e pelas paixões. Em estado de natureza, num estágio pré-social, prevalecem as paixões (as baixas paixões: egoísmo, agressividade etc), gerando um quadro de anarquia que pode levar à morte violenta. No estado de natureza, portanto, o homem deseja, principalmente, a segurança, que pode ser obtida no estado de sociedade.

Para Hobbes, o Estado existe para prover a segurança. O ato fundador do Estado é o pacto social, que é estabelecido entre indivíduos para criar as instituições e suas leis. Todos se comprometem a entregar o seu poder a um Estado soberano, que impõe a paz e proporciona a segurança, por deter o monopólio de violência. O Estado soberano não elimina as guerras, porquanto não reconhece nenhum poder que lhe seja superior e lhe imponha leis. Nas relações externas ele tem independência e liberdade para agir de acordo com seus interesses.

No meio internacional vigora o estado

de anarquia, a paz se faz por meio de alianças e do equilíbrio de forças obtido pela dissuasão.

Hobbes, para quem o Estado é absoluto e irreversível, é considerado o teórico do Estado autoritário.

Locke, na virada do século XVII, pensa segundo o mesmo esquema teórico de Hobbes, mas os resultados são diferentes, porque ele nutre uma visão otimista do homem. Para ele o Estado existe para garantir a propriedade e a estabilidade dos contratos. O homem, naturalmente proprietário, ao firmar o pacto social delega a autoridade ao soberano (princípio da representação). Todos são proprietários e o que varia é o *quantum* da propriedade, que poder ser ampliado ou reduzido, em função da capacidade administrativa de cada um. Se o soberano viola as leis, ele perde a legitimidade. O resultado do pensamento de Locke é o Estado liberal.<sup>6</sup>

## Reinhold Niebuhr

A estrutura do pensamento realista norte-americano, no final dos anos 30, e de sua política a partir daí, tem em Niebuhr o seu principal artífice, que faz pesadas críticas a Kant e ao idealismo de Wilson.

Em sua obra *O Homem Moral e a Sociedade Imoral*, Niebuhr faz um estudo traçando um paralelo entre a ética e a política, por intermédio das noções de moralidade adotadas, distintamente, pelo indivíduo e pelo grupo a que ele pertence.

Para Niebuhr a autoridade do Governo está na coesão nacional e as atitudes do estadista devem estar sempre orientadas pelos interesses nacionais, mesmo que estes não

6. COSTA, Sérgio Paulo Muniz — *Os Pilares da Discórdia*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1995, p. 42.

sejam em perfeita sintonia com seus valores éticos e morais. Segundo Neibuhr, a nação é uma unidade coletiva que se mantém unida pela força e pela emoção. Considerando que a ação ética está vinculada à autocrítica e esta é, normalmente, colocada abaixo dos interesses do Estado pelas classes governantes, não se pode esperar um comportamento ético nas relações internacionais. As críticas feitas por alguns cidadãos a esse comportamento são vistas como prova de deslealdade. O patriotismo transforma o altruísmo individual em egoísmo nacional. A lealdade à nação é uma forma superior de egoísmo. Nenhuma ambição nacional é considerada tão mesquinha ou menor, que não mereça o apoio da maioria de seus patriotas. O homem comum, limitado em prestígio e poder, projeta seu ego sobre a nação com fins de obter um substitutivo na satisfação de suas necessidades. Desta forma, a nação se apresenta, simultaneamente, como um limitador e uma válvula de escape para a expressão do egoísmo individual. Ainda que as vantagens econômicas auferidas com a agressão nacional beneficiem apenas grupos privilegiados e não à totalidade da população, o imperialismo traz sempre algum benefício para o cidadão comum. A desonestidade das nações é uma necessidade de seu plano de ação política e cria no indivíduo dois sentimentos antagônicos: aquele ditado pela sua consciência, impregnado de valores éticos, e o de lealdade aos interesses nacionais.

### Hans J. Morgenthau

Na opinião de Philippe Braillard, dentre os autores realistas, Hans Morgenthau foi quem melhor sistematizou esta concepção e tentou integrá-la, utilizando-a como fundamento numa teoria que procura dar conta das relações internacionais no seu conjunto. Intencionou elaborar uma teoria geral de toda

a política interna ou internacional. Braillard diz, ainda, que para Morgenthau é o poder e, mais precisamente, a busca do poder, que é fundamento de toda relação política, constituindo, assim, o conceito-chave de toda a teoria política. Essa busca do poder está inscrita profundamente na natureza humana. Numa visão filosófica e antropológica, inspirada em Neibuhr, Morgenthau, com base num reconhecimento realista da natureza humana e da essência da relação política, pretende esclarecer a ação política no plano internacional, revelando as forças reais que operam no cenário internacional. Segundo ele, o desejo de poder, por parte das diversas nações, conduz a políticas que visam à conservar o equilíbrio.<sup>7</sup>

Em sua obra *Política entre Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz*, Morgenthau faz a abordagem do que chamou de seis princípios do realismo político:

- o realismo político acredita que a política, tal como a sociedade em geral, seja governada por leis objetivas que têm suas raízes na natureza humana. Se pretendermos melhorar a sociedade é, desde já, necessário compreender as leis segundo as quais vive essa sociedade;

- o principal marco indicador que ajuda o realismo político a encontrar o seu caminho no domínio da política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder;

- o realismo não dota o seu conceito-chave de interesse definido como poder, de um significado único. A idéia de interesse está ligada à essência da política, que não é afetada pelas circunstâncias de tempo e lugar;

- o realismo político está consciente do alcance moral da ação política. Está, tam-

7. BRAILLARD, Philippe — *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 114-115.

bém, consciente da inelutável tensão entre o imperativo moral e as exigências da ação política bem-sucedida;

- o realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais de determinada nação, com as leis morais que regem o universo. Todas as nações são tentadas a revestir suas próprias aspirações e ações, com fins morais e universais;

- intelectualmente, o realismo político sustenta a autonomia da esfera política, como o economista, o jurista e o ético o fazem nas suas esferas de atuação. Pensa em termos de interesse definido como poder, do mesmo modo que o economista pensa em termos de utilidade, o jurista em termos de conformidade da ação com as normas jurídicas e o ético com a conformidade das ações com os princípios morais.<sup>8</sup>

A partir de 1950, as bases teóricas do realismo e a teoria de Morgenthau seriam questionadas.

## Raymond Aron

Na teoria das relações internacionais que desenvolveu, adotando uma conduta situada entre a Sociologia e a História, Aron procura estabelecer um quadro teórico geral que permita esclarecer as relações internacionais no seu conjunto. Para ele, a definição do seu objeto é fundamental para qualquer teoria e deve traduzir as relações particulares que os Estados estabelecem entre si. Inscrito na conjuntura do cientificismo, Aron questiona os pressupostos do realismo de Morgenthau e não procura um conceito-chave capaz de dar significado a toda a relação política. Ele busca o que constitui a especificidade das relações internacionais e detém-se na legalidade e na legitimidade do uso da força por par-

te dos atores. No plano interno, a soberania traduz o poder centralizado que detém o monopólio da violência.<sup>9</sup> A busca da segurança é que vai determinar as alianças. A conduta específica das relações internacionais é a conduta diplomático-estratégica, já que os atores são o diplomata e o soldado, podendo variar entre duas vertentes, conforme haja paz ou guerra.

Ao longo do tempo, alguns aspectos mantiveram-se invariáveis:

- os atores significativos sempre foram poucos, por deter o sobrepoder entre os demais (*capability*);

- a guerra é uma constante, por ser da natureza das unidades políticas;

- o que define a posição do Estado no meio internacional é a expectativa da guerra.

"A guerra é um ato de violência destinado a obrigar o adversário a realizar nossa vontade." O pensamento de Clausewitz é o ponto de partida para o estudo de Aron.

As guerras entre países civilizados não são, necessariamente, menos cruéis que as guerras entre povos selvagens. A vontade de destruir o inimigo, inerente ao conceito de guerra, não foi anulada ou reduzida pelo progresso da civilização.

O objeto das operações militares, de um modo abstrato, é desarmar o adversário. Predomina a idéia de derrotá-lo para não ser abatido e impor-lhe a lei do vencedor como sua.

No mundo real, a guerra é um jogo entre Estados. É um ato político, que surge de uma situação política e resulta de uma razão política. Pertence, por natureza, ao diálogo puro, por tratar-se de um instrumento análogo. O elemento passional diz respeito ao povo; o elemento aleatório, ao exército e ao seu comandante; o elemento intelectual ao

8. MORGENTHAU, Hans J. — *Política Among Nations — The Struggle for Power and Peace*. New York: Alfred Knopf, 1985, pp. 08-17.

9. BRAILLARD P. — *Op Cit*, p. 149.

Governo; esse último é decisivo e deve ordenar o conjunto.

Durante a guerra, a política não afasta a diplomacia, que produz o relacionamento com os aliados e com os neutros e, implicitamente, continua sua ação em relação ao inimigo, ameaçando-o de destruição ou acenando-lhe com uma perspectiva de paz.<sup>10</sup>

Cada teórico das relações internacionais possui um conceito operacional diferente de sistema. Para dar substância ao seu conceito, Aron recorreu a Max Weber e optou por um tipo ideal.<sup>11</sup> Para ele, Sistema Internacional é o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. São membros integrais de um sistema internacional as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta nos seus cálculos de forças. A estrutura dos sistemas internacionais é sempre oligopolística. Os atores principais determinam, em cada época, como deve ser o sistema. Basta uma transformação do regime, dentro de uma das potências principais, para que mude o estilo e até mesmo o rumo das relações internacionais.<sup>12</sup>

### Hedley Bull

Destacou-se na Escola Realista, evocando Hugo Grotius, cujo pensamento ocupa uma posição intermediária entre Kant e Hobbes. Holandês do final do século XVI, que viveu a realidade de um Estado de caráter comercial marcado por um período de

guerras religiosas no plano externo, Grotius iria desenvolver uma reflexão jurídica com vistas a defender os interesses da Holanda, conciliando interesses comerciais e econômicos com a guerra (direito da paz e da guerra). Na defesa da Holanda contra a Espanha e a Inglaterra, Grotius procurou valer-se do Direito Natural, que unifica o Direito das Gentes, transcendendo as práticas em qualquer parte do Globo. Em relação aos orientais, contudo, sua visão é imperialista.

Em sua obra *The Anarchical Society — A Study of Order in World Politics*, Hedley Bull busca definir ordem e desordem no contexto da sociedade internacional, bem como identificar os procedimentos que são adotados para a manutenção da ordem.

Entendendo ordem como uma situação possível ou real, ou estado de coisas, Bull procura restringir-se, em sua pesquisa, a questões permanentes da estrutura ou das instituições políticas humanas. Na visão de Bull, ordem pressupõe a existência de regras, sem, contudo, a obrigatoriedade de serem fixadas por lei. Para ele, sempre houve e continuará havendo a possibilidade de ordem internacional, sem as imposições de postulados do Direito Internacional. No contexto da sociedade internacional, Bull enfatiza a importância do balanço do poder, o Direito Internacional, a Diplomacia, o papel das grandes potências e a guerra.

Definindo ordem para a vida social como um modelo que nos leva a um determinado resultado, Bull entende que ela é essencial na busca permanente dos objetivos elementares e universais da natureza humana, tais como: vida, verdade e prosperidade. No plano internacional, traduz-se nos objetivos primários da sociedade dos Estados. Dentre os objetivos com os quais se pretende alcançar a ordem internacional desta-

10. ARON, Raymond — *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986, pp. 69-73.

11. ARON, Raymond — *Estudos Políticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979, p. 319.

12. ARON, Raymond — *Paz e Guerra entre Nações*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986, p. 153.

cam-se os seguintes: a preservação do próprio sistema e sociedade de Estados; a preservação da soberania dos Estados; a manutenção da paz, traduzida por uma situação de equilíbrio nas relações entre os membros da sociedade internacional; os objetivos elementares de segurança contra a violência; respeito aos pactos estabelecidos e à propriedade.

Em síntese, para Bull, a ordem internacional deriva, em parte, do Direito Internacional e, em parte, de uma prática determinada por uma cultura política, que é, na verdade, a fonte primária do Direito Internacional.

Desde a Segunda Guerra Mundial, registra-se na Inglaterra um interesse maior pelas relações internacionais do que na academia francesa, com modelo diferente. Nas universidades inglesas não havia separação entre historiadores, sociólogos e cientistas políticos.

A questão teórica é bem resolvida, quando a teoria orienta a pesquisa empírica sem identificação da escola seguida; e Bull reve-

la-se grande animador do entrosamento entre teóricos.

Mantendo os postulados do realismo clássico, ele introduz uma visão-histórica diferente. Não sofre a influência da História; seu pensamento é que é histórico e antropológico. O tratamento dispensado à História é que o diferencia de Aron e Mongenthou.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços envidados, desde o final da Primeira Guerra Mundial, por historiadores, sociólogos e cientistas políticos, no sentido de identificar as causas dos conflitos e impedir sua deflagração, por intermédio de mecanismos internacionais que conduzissem ao equilíbrio do poder, estão longe de atingir a otimização dos resultados desejados. As teorias formuladas, contudo, representam um passo bastante significativo, na busca de instrumentos eficazes para o estabelecimento de sistemas internacionais e a minimização dos efeitos das guerras no cenário Mundial. □

## BIBLIOGRAFIA

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- . *Estudos Políticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.
- BRAILLARD, Philippe. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- BULL, Hedley. *The Anarchical Society — A Study of Order in World Politics*. London: Macmillan — (part 1).
- COSTA, Sérgio Paulo Muniz. *Os Pilares da Discórdia*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1995.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril.
- JOHNSON, Paul. *Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1994.
- NIEBUHR, Reinold. *El Hombre Moral y la Sociedad Inmoral — Un Estudio sobre Ética y Política*. Buenos Aires: Siglo Viente, 1966.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *O Príncipe*. São Paulo: Hemus, 1977.
- MORGENTHAU, Hans J. *Politics Among Nations — The Struggle for Power and Peace*. New York: Alfred A. Knopf, 1985.
- RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean Baptista. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História da Brasil. Introdução Metodológica*. São Paulo: Nacional, 1978.